

# OS SINAIS DO REINO DE DEUS NA HISTÓRIA

Flávio Braga Faccio

## Introdução

Ao olharmos para a tristeza, a violência, as guerras, a opressão, a miséria e o sofrimento presentes na realidade do mundo em que vivemos, ficamos a nos perguntar por Deus e pelo sentido dos acontecimentos.

Creemos que Deus é o Senhor da história, que o destino do mundo está em suas mãos e que a Ele pertence a vitória final. Entretanto os poderes do reino das trevas permanecem atuantes no âmbito da vida humana.

Se Deus não abandonou o mundo à sua própria sorte, antes continua agindo a favor da humanidade, seria possível identificar, em meio à ambigüidade dos acontecimentos históricos, a ação de Deus? E nossa postura qual deve ser? Devemos ficar apenas esperando, assistindo impassíveis ao que Deus faz?

Iniciamos esta reflexão analisando a relação entre o Reino de Deus e o tempo, discutindo como a compreensão escatológica do Reino de Deus pode determinar a ética do cristão. Ainda nesta primeira parte, falamos sobre o significado do símbolo Reino de Deus.

O trecho seguinte começa explicando o significado da expressão *sinais do Reino*. Prosegue num diálogo com três importantes teólogos protestantes latino-americanos - Samuel Silva Gotay, Mortimer Arias e José Míguez Bonino - onde procuramos expor o pensamento de cada autor sobre o Reino de Deus. Finalmente, indicamos acontecimentos históricos que podem ser interpretados como sinais do Reino de Deus na História.

A última parte do trabalho tem o objetivo de definir critérios que nos possibilitem discernir quais acontecimentos históricos são sinais do Reino de Deus. Num primeiro momento, fazemos um estudo de caso quando abordamos e interpretamos

os principais fatos ocorridos na Nicarágua durante a Revolução Sandinista. Destacamos, nesta abordagem, o compromisso e engajamento dos cristãos daquele país, que ingressaram na revolução que pretendia derrubar a ditadura. Num segundo momento damos algumas pistas de como estabelecer critérios para discernir os sinais do Reino de Deus entre os *atos históricos*. Para tanto, fazemos um breve estudo sobre a justiça, a título de exemplo, como um (entre muitos) dos sinais do Reino.

Não é nosso objetivo, nesta reflexão, particularizar o Reino de Deus como realidade tão somente histórica, uma vez que o Reino transcende essa dimensão, mas limitar a discussão, confinando-a ao âmbito da história.

## I. O REINO DE DEUS E SEUS SINAIS

Uma questão que sempre levantou discussões entre os estudiosos é a que trata sobre o significado do Reino de Deus. Não menos importante tem sido a discussão sobre a relação entre o Reino de Deus e o tempo. Uma das questões levantadas por esta discussão é *qual teria sido o ensino de Jesus a respeito dessa relação*.

No decorrer da história da pesquisa, muitos têm visto o Reino como realidade exclusivamente futura e supra-terrena.<sup>1</sup> O primeiro a enveredar por este caminho foi Johannes Weiss, com sua “**escatologia consistente**”, seguido por Albert Schweitzer. Segundo eles, o ministério de Jesus está voltado para o anúncio do fim deste mundo - a vinda iminente do Reino - que se daria numa catástrofe cósmica.<sup>2</sup> Desiludido com essa escatologia apocalíptica de Jesus, Schweitzer, aposta sua vida na crença em um Reino que só virá se construído por mãos humanas.<sup>3</sup>

Uma visão oposta a essa é a de Charles Harold Dodd, que, em sua “**Escatologia Realizada**”, afirma que toda a esperança profética do Antigo Testamento se cumpre plenamente em Jesus.<sup>4</sup> Os ensinamentos de Jesus sobre Reino futuro seriam apenas ditos simbólicos que expressam o caráter escatológico do presente.<sup>5</sup>

11. Goppelt, p.87

22. Ladd, p. 56; Goppelt, p.87; Zabastiero, **O Emprego de Basileia no Novo Testamento**, p.145

33. Brakemeier, p.9.

44. Ladd, p.56; Goppelt, p.89; Zabastiero, o.c., p. 143-144.

Joachim Jeremias, em discussão com Dodd, propõe uma “**escatologia inaugurada**” ou “**em processo de realização**”.<sup>6</sup> Para ele a consumação final iniciou-se no ministério de Jesus e ainda não se completou.

Rudolf Bultmann, embora concordasse que a pregação de Jesus consistia do anúncio da vinda iminente do Reino, acreditava que o Reino deveria ser entendido existencialmente. A proximidade de Deus impõe uma decisão ao ser humano.<sup>7</sup>

Quem primeiro lançou luz sobre essa discussão foi Werner Georg Kümmel, provando que Jesus falou, ao mesmo tempo, de uma vinda presente e futura do Reino de Deus.<sup>8</sup>

“G. Gloege, foi o pioneiro, neste século, a falar do Reino como presente na pessoa e obra de Jesus, mas ainda aguardando sua plena manifestação futura. A partir daí foi crescendo um consenso entre os teólogos do Novo Testamento quanto ao duplo aspecto da relação entre o Reino de Deus e o tempo/história.”<sup>9</sup> Mas foi Oscar Cullmann quem definiu a famosa tese do “**já e ainda não**”<sup>10</sup> Até mesmo Dodd, em suas obras posteriores chega a admitir que o Reino também aguarda a consumação “**além da história**.”<sup>11</sup>

George Eldon Ladd afirma que:

“O Reino de Deus é a realeza redentora de Deus, dinamicamente ativa para estabelecer Seu domínio entre os homens, e que esse Reino, que irá aparecer como um ato apocalíptico no final desta era, já veio à história humana na pessoa e missão de Jesus, para vencer o mal, libertar os homens do seu poder, e trazer-lhes as bênçãos do reinado de Deus. O Reino de Deus envolve dois grandes momentos: *cumprimento* dentro da história, e *consumação* no fim da história.”<sup>12</sup>

Entretanto, convém ressaltar, qualquer das posições assumidas (seja uma das acima apresentadas ou derivação delas) implica uma ética correspondente. A maneira como eu compreendo o Reino de Deus e como ele se manifesta determina minha

55. Ladd, p.56; Goppelt, p.89.

66. Ladd, p.57; Goppelt, p.89; Zabatiero, o.c., p.144.

77. Ladd, p.56; Goppelt, p.88; Zabatiero, o.c., p.144.

88. Goppelt, p.89.

99. Zabatiero, o.c., p.145.

1010. Sobrino, p.84.

1111. Ladd, p.56-57; Zabatiero, o.c., p.144.

1212. Zabatiero (citando Ladd), op. cit., p. 140.

maneira de viver e agir. Se há várias escatologias, há uma ética para cada possibilidade.

Crer no Reino de Deus como realidade apenas e tão somente **presente** tem suas implicações. A primeira delas é o fim da esperança. Se o reino já veio não é preciso esperá-lo mais. Nada mais há que ser feito. Deus já manifestou o seu Reino, já fez tudo o que era preciso fazer. Surge então uma dificuldade: Como explicar a esperança fervorosa do cristianismo primitivo?<sup>13</sup>

Essa “desescatologização”<sup>14</sup> levanta uma outra pergunta: como conciliar um mundo onde impera o sofrimento, a violência, o pecado e a morte com a presença do Reino de Deus? Só resta uma alternativa: confinar, como o fez o liberalismo, a plenitude do Reino ao interior do ser humano. O Reino passa a ser uma realidade transcendente, que se concretiza no íntimo da pessoa quando esta se une, pela fé, ao seu criador. Cabe ao indivíduo apenas o aceitar o Reino.

Esta concepção deve levar a uma total letargia diante dos acontecimentos históricos e a uma total desesperança quanto a uma possível transformação futura das estruturas humanas. A soberania de Deus somente poderia atuar no mundo através dos cristãos, isto é, daqueles que aceitaram o Reino no íntimo de suas almas. Somente estes poderiam *praticar o amor ou opor-se ao mal*.<sup>15</sup> Ainda assim, este modo de pensar dificilmente levaria a um engajamento numa luta histórica por justiça. Isso porque o *praticar o amor e o opor-se ao mal* não se mostram essenciais a não ser no âmbito religioso, pelo próprio caráter intimista, de experiência religiosa pessoal<sup>16</sup>, com o qual o Reino se apresenta.

Dizer que o Reino de Deus é exclusivamente **futuro** é negar sua presença atual e indagar sobre sua irrupção. Abre-se aqui um leque de possibilidades. A primeira delas é a que envereda pelos caminhos de Kant, esperando a vinda do Reino de Deus através de um progresso imanente<sup>17</sup>, de uma evolução histórica. Um Reino que vem por si só, naturalmente, não precisa

13 13. Brakemeier, p.19.

14 14. Brakemeier, p.13.

15 15. Goppelt, p.89.

16 16. Ladd, p.56.

17 17. Goppelt, p.87.

de Deus. E o ser humano nada tem a fazer senão esperar esse cumprimento natural. Não tem sentido falar em Reino de Deus nem em Deus nesses termos.

Outra possibilidade que se abre é a de uma concepção puramente escatológica onde o Reino vem como obra **totalmente divina**. Pouca diferença há, na prática, se o Reino se plenifica ainda nesta história ou se virá trans-historicamente. O resultado é um só: se tudo depende de Deus, nada há a fazer a não ser esperar. “A esperança num Reino de Deus transcendente pode exercer função alienante, conformar as pessoas com a sua sorte, em vez de encorajá-las a eliminar, elas próprias, as causas de seu sofrimento.”<sup>18</sup> A outra face desta mesma moeda é a crença num futuro de “cartas marcadas”: o destino do mundo está decretado e nada poderá alterá-lo. Se por um lado a ênfase num futuro transcendente pode levar à resignação e à alienação, por outro a ênfase na ação divina pode conduzir a uma indiferença em relação aos males do mundo e a uma perda de responsabilidade histórica.<sup>19</sup>

Posição divergente desta é a que concebe a vinda do Reino historicamente através da **ação humana**. Se tudo depende da luta humana, não há esperança mas *utopia*, que conduz a um programa de ação.<sup>20</sup> Deus é visto como um simples observador, não age na história. A transcendentalidade do Reino é minimizada, se não eliminada. Entretanto, a eliminação da transcendência não garante o nascimento de uma paixão revolucionária. Há o perigo de cair-se no “hedonismo do tipo *comamos e bebamos, que amanhã morreremos* (Is 22:13; I Co 15:32).<sup>21</sup> outra ressalva a esta posição consiste em que a tentativa de implantar o Reino na história através das mãos humanas se constitui numa perigosa ideologia, capaz de justificar regimes opressores em nome de Deus.

A posição que prevalece nos dias atuais é a que afirma uma “simultaniedade de presença e futuridade do Reino de Deus numa *tensão dialética*.”<sup>22</sup>

18 18. Brakemeier, p.20.

19 19. Brakemeier, p.9,20.

20 20. Brakemeier, p.12.

21. Brakemeier, p.21-22.

22. Brakemeier, p.14; Golppelt, p. 89ss; Sobrino, p.58.

É fato que Jesus falou tanto de uma presença quanto de uma vinda futura do Reino de Deus. Pregou que o domínio de Deus viria como juízo (Lc 10:12; Mt 10:15, 25:41ss) e como salvação (Lc 13:28-29, Mc 14:25). Anunciou tanto sua proximidade (Lc 10:9-11; Mc 1:14-15) como sua presença (Lc 7:18-23, 11:20). Diante de sua manifestação iminente exortou à espera alerta (Mc 13:32-37) e repudiou qualquer tentativa para calcular o momento de sua vinda (Lc 17:20-21; Mc 13:32), como queriam os apocalípticos da época.

Crer que o Reino é, a um só tempo, presente e futuro significa, por um lado compreender que em Jesus e no Seu ministério o Reino entrou para a história e ainda hoje se manifesta no mundo e, por outro, que o mesmo Reino aguarda, na história ou além dela, uma consumação onde alcançará a plenitude.

Discutir se as manifestações do Reino ou sua consumação são obra humana ou divina nos leva a resultados semelhantes aos das discussões anteriores, caindo nos binômios *alienação-engajamento* ou *imanência-transcendência*. A novidade que esta posição oferece é a possibilidade de uma **cooperação humano-divina** na implantação do Reino. A ênfase pode recair sobre um lado ou outro mas a cooperação permanece.

A participação de Deus mantém a esperança, a colaboração do ser humano diminui a probabilidade de alienação. O Reino permanece obra de Deus, Reino de Deus e não de homens. É um acontecimento presente que avança por mediações humanas. Virá por intervenção divina, mas somente se o homem fizer a sua parte. “De um lado é o homem que ajuda a Deus na construção de uma sociedade justa, de outro é Deus quem apóia o homem nesta tarefa.”<sup>23</sup>

Entretanto, **presente** e **futuro** são características formais do Reino. O que importa é **o que é o Reino**.

Desde cedo Israel atribuiu ao seu Deus o título de Rei<sup>24</sup> indicando o poder e o domínio de Javé sobre toda a terra. “A realeza de Javé, pois, pois sobre os exércitos celestiais, sobre Israel, os povos e sobre todos os deuses (Is 6:5; Jr 10:7, 46:18; Sl 47:9, 89:19, 95:3; etc.) é confessada como realidade atemporal, em todos os casos presentes.”<sup>25</sup> A palavra hebraica MALKUT (grego

23. Brakemeier (interpretando Jorge Pixley), p.12

24. Brakeimeier, p.24.

*basileia*) “quase sempre quer dizer o poder de reinar, a autoridade, ou poder de um rei.”<sup>26</sup> Reino de Deus significa o domínio ou a soberania real de Deus em ação no mundo.<sup>27</sup>

O Reino de Deus deve ser entendido sob a perspectiva da doutrina da providência: “Deus atua continuamente nos acontecimentos históricos, bem como nos eventos da natureza.”<sup>28</sup> O Reino é Deus exercendo sua soberania através da criação e na criação.

Podemos concluir, portanto, que o Reino é o símbolo por meio do qual descreveremos a ação de Deus. O Reino é o símbolo pelo qual Deus atua hoje e atuará no futuro.

Falar em Reino de Deus é afirmar que Deus reina, governa a criação e a história. “O Deus Criador continua agindo no mundo criado ‘observando-o com paternal solicitude e governando-o segundo os seus planos’.”<sup>29</sup>

A questão é : o que acontece quando Deus reina?

## II. OS SINAIS DO REINO EM PERSPECTIVA TEOLÓGICA

Perguntar pelo que acontece quando Deus reina é perguntar pelos *sinais* do Reino de Deus.

Mas o que é um sinal do Reino?

Um sinal é algo que aponta para uma determinada realidade sem, no entanto, ser esta realidade. É uma manifestação perceptível e *relativa* de uma realidade *absoluta*. Um sinal do Reino é algo que aponta para o Reino, mas ele mesmo não é o Reino.

Os sinais do Reino são as manifestações das ações divinas na história. Não há entretanto, unanimidade entre os estudiosos na descrição de como a soberania real de Deus se manifesta no presente ou como chegará a uma consumação futura.<sup>30</sup>

25. Brakemeier, p.24; cf Goppelt, p.82-83; v. Rad, **Rei e Reino no VT**, in **A Igreja no NT**, p.77-78.

26. J. Jeremias, p.153.

27. Arias, p.63; Goppelt, p.81-82,95; Ladd, p.58,60-61; ver. Rad, o.c., p.77-78. J. Jeremias, p.54,151,153-159.

28. Rubio, p.190.

29. Rubio (citando J. Behm), p.180.

30. Brakemeier, p.18-19.

Para enriquecer nossa reflexão, tomemos o exemplo de três teólogos protestantes latino-americanos, e vejamos como articulam seu pensamento sobre o Reino de Deus.

### 1. Samuel Silva Gotay

Gotay fundamenta seu pensamento sobre o Reino de Deus na nova concepção teológica da história da América Latina, que afirma a existência de *uma única história*. Esta história real “é a única esfera da realidade, onde o Reino de Deus terá que se estabelecer, como resultado de um processo histórico libertador.”<sup>31</sup>

Para ele a salvação no pensamento bíblico, se apresenta apenas como processo histórico de libertação, que inclui a libertação sócio-econômica, cultural e do pecado.<sup>32</sup> É bem verdade que a Bíblia nos fala de salvação histórica. Este ensino precisa ser resgatado por muitos grupos cristãos atuais, entretanto é necessário afirmar que o ensino bíblico vai além disso. A salvação bíblica, sobretudo no NT, apresenta um elemento transcendente expresso, por exemplo, no capítulo oitavo da Carta de Paulo ao Romanos. Gotay se esquece disso. Sua definição é uma redução. Além disso, utiliza o termo *salvação* em ocasiões em que ficaria melhor utilizar *Reino de Deus*. Ao mesmo tempo que reduz salvação à libertação histórica, utiliza a palavra de forma muito ampla: salvação é toda e qualquer obra salvífica.

Essa *historicização* da salvação se inter-relaciona com sua concepção de pecado.<sup>33</sup> Negando a concepção metafísica e essencialista de pecado, a exemplo de vários outros teólogos da libertação, assume o pecado como estritamente social e histórico. Supera a idéia de *pecado original*, de *natureza pecaminosa*, de *pecado interior*, para falar do pecado como injustiça social.

De fato, é importante perceber que o pecado não consiste apenas de atos pessoais e individuais, que está arraigado nas estruturas sócio-econômicas, políticas e culturais. Mas é preciso entender também que a relação indivíduo-sociedade é uma relação de influência recíproca.

Gotay também não atenta para o fato de que o pecado estruturado não nega sua dimensão transcendente. Ninguém peca

31. Gotay, p.88.

32. Gotay, p.88-91.

33. Gotay, p.91-96.

fora da história. O pecado individual ou estrutural, acontece *na história*, entretanto tem repercussões *meta-históricas*. O elemento transcendente do pecado se revela no que se refere à responsabilidade. Todo pecado, mesmo praticado contra o próximo, a natureza ou a sociedade, é antes pecado contra Deus. Nossa responsabilidade é sempre Deus. Gotay *destranscendentaliza* demais os temas que aborda.

E com o Reino de Deus não é diferente. A *historicização* que faz da salvação e do pecado passam para sua compreensão do Reino de Deus (ou será o contrário?). Assim, trata do Reino como *processo histórico*, como *projeto histórico* de Deus.<sup>34</sup> Conclui, com Gustavo Gutiérrez, que o crescimento do Reino se dá através da luta pela eliminação das manifestações históricas e sociais do pecado.<sup>35</sup>

A tônica sobre a participação humana nesse *Reino-processo* é forte em Gotay. Tão forte que o papel de Deus fica relegado a um plano inferior. Ele fala em *crescimento*, *esta belecimento*, *construção do Reino*, onde é essencial a ação humana. “A recuperação do sentido histórico do Reino de Deus resgata o caráter necessário da ação humana na construção desse Reino.”<sup>36</sup>

Essa ênfase no Reino presente, que vai sendo construído pelas lutas humanas, nos leva a perguntar por sua consumação. Como se dará a plenitude desse Reino? A resposta não é nenhuma surpresa. A concepção historicizada do Reino presente, desenvolvida por Gotay, atinge sua escatologia, Ele fala de uma *escatologia histórica*. A consumação do Reino virá num futuro histórico, nesta história. A “plenitude” escatológica (do Reino) se mantém como *utopia-guia*“, isto é, “não é identificável com nenhuma das etapas de desenvolvimento do processo histórico.”<sup>37</sup>

Uma das dificuldades que surge no entendimento do pensamento de Gotay é que ele utiliza a linguagem bíblica e a marxista numa via de duas mãos. Interpreta a Bíblia, sem clareza em alguns pontos. *O homem novo*, que será gerado pelas mudanças sociais, que não oprime e que se solidariza com o próximo, parece ser associado ao novo homem, criado em Cristo, da con-

34. Gotay, p.106-107, 132-133 etc.

35. Gotay, p.91.

36. Gotay, p. 107.

37. Gotay, p.107.

cepção bíblica.<sup>38</sup> Reino de Deus é identificado com *utopia*, o que resulta numa escatologia utópica, ou numa utopia com caráter escatológico. Dessa forma, quando tenta integrar as dimensões histórica e escatológica do Reino, fala de uma utopia em sentido histórico, que se apresenta como um *horizonte utópico*, permanente, em contínuo movimento.<sup>39</sup> Assim, “toda realização histórica do Reino será uma realização parcial...”<sup>40</sup>

Gotay parece identificar as transformações sociais com o Reino de Deus, contudo não distingue entre tipos de transformação social. Afirma, com Guillermo Hirata, que a finalidade do Reino é mudar as condições vigentes na sociedade, o que significa “libertação dos oprimidos da mão daqueles que mantêm a estrutura opressora, injusta e desumanizante, tanto em nível sócio-econômico e político como em nível cultural.”<sup>41</sup> Tal afirmação é parcialmente verdadeira, uma vez que as condições vigentes na sociedade não se resumem apenas nas relações de opressão. Nem o Reino tampouco se esgota na sociedade. Não se pode, no entanto, negar que Deus possa agir produzindo transformações sociais. Tênuo também é a distinção que faz entre sinais de *presença* do Reino e sinais de sua *vinda*.

Os sinais do Reino, para Gotay, são especialmente a luta e a ação política do ser humano que resultam em transformação social. Essa transformação social não consiste de mera inversão de posições. Inclui revolução de valores, ou seja, o Reino vem para restituir a justiça aos oprimidos e explorados.<sup>42</sup>

## 2. Mortimer Arias

Arias entende que o principal sinal do Reino de Deus é Jesus mesmo. Em Jesus, Deus vem participar da vida humana, vem trazer uma mensagem de amor incondicional ao ser humano, manifestado em seu ensino e em sua atitude de entrega total por nós. Nesse sentido o Reino é uma dádiva que não pode ser conquistada por qualquer esforço humano.

Arias acentua também o perdão dos pecados como sinal do Reino. O perdão anunciado por Jesus elimina a separação

38. Gotay, p.93, 98, 110, 149, 155.

39. Gotay, p.112, 115,118.

40. Gotay, p.102.

41. Gotay, p. 102.

42. Gotay, p.151.

entre o criador e a criatura; e a separação das pessoas entre si. “Aquele que foi perdoado, está habilitado para perdoar (Lc 7:36-50; I Jo 4:19; Cl 3:13).”<sup>43</sup> Em conexão com o perdão está a “*mesa aberta*”. O fato de Jesus comer com publicanos e pecadores o demonstra. A mesa pode ser símbolo de união e reconciliação ou segregação<sup>44</sup>

A Igreja e os dons do Espírito são, da mesma forma, sinais da presença do Reino de Deus. A Igreja é a comunidade do Reino, que Jesus visualizava em suas parábolas. Em Pentecostes, o Reino se manifesta na história humana mais uma vez, com o derramamento do Espírito sobre a comunidade cristã nascente.

O ministério de Jesus assinala que o Reino é sinônimo de vida. “Todo o ministério de Jesus proclama a vida, celebra a vida, defende a vida, restaura a vida, promete a vida.”<sup>45</sup>

O Reino de Deus se manifesta quando Jesus luta contra as forças opressoras da morte em defesa da vida humana.

Posicionar-se nessa luta, a favor do Reino da vida, implica numa decisão diante das tendências e forças históricas que se aliam contra ou a favor do Reino. Disso resulta que “o desafio do Reino (...) é um desafio ao compromisso histórico.”<sup>46</sup> Jesus possuía consciência da necessidade desse compromisso. Suas denúncias eram não só contra indivíduos mas contra todo um sistema de engano e opressão.<sup>47</sup> “Jesus não só denuncia a ‘hipocrisia’, as raízes religiosas e espirituais do sistema, mas suas conseqüências sociais.”<sup>48</sup>

Arias mostra que Jesus, mesmo sem aceitar ser o messias político aguardado pelo povo, morreu por razões políticas, por forças políticas e da mesma maneira que os revolucionários e subversivos do Império.<sup>49</sup> Sua conclusão é que, por isso, o desafio do Reino é um desafio ao compromisso histórico, *inclusive político*. O Reino se manifesta através das ações políticas. Dessa forma, a opção pelo Reino equivale a uma opção a favor da vida

43. Arias, p.75.

44. Arias, p.75.

45. Arias, p.66.

46. Arias, p.128.

47. Arias, p.128.

48. Arias, p.128.

49. Arias, p.190.

humana, a favor do pobre, do marginalizado, do oprimido, daquele que sofre.<sup>50</sup>

Mas a Igreja, com o passar do tempo foi perdendo essa compreensão da mensagem subversiva de Jesus sobre o Reino de Deus.

Arias sugere que a mensagem do Reino foi eclipsada na teologia da Igreja por dois motivos principais: a *tradução* e a *contextualização* do Evangelho do Reino para cada época e lugar e, por causa disso, sua redução a apenas uma de suas dimensões: “as partes foram tomadas pelo todo, e os diversos aspectos do Evangelho do Reino foram absolutizados à custa de sua totalidade.”<sup>51</sup>

A redução da **patrística**, que se tornaria a concepção dominante durante a Idade Média, persistindo até nossos dias, despojou a salvação de sua dimensão histórica, reduzindo-a à revelação da verdade, ao perdão dos pecados e à imortalidade e divinização da alma. Com a **institucionalização** da Igreja Católica-Romana, o Reino passa a ser identificado com a Igreja, o que é “um salto ilegítimo, uma afirmação antibíblica, uma redução lamentável.”<sup>52</sup> A perspectiva **apocalíptica** de um Reino futuro, suprimida pela Igreja oficial, passou a ser cultivada à margem da instituição, resultando numa quantidade muito grande de movimentos de comunidades ascéticas e místicas, influenciando o surgimento do Adventismo, das Testemunhas de Jeová, da interpretação dispensacionalista, que projeta o Reino totalmente ao futuro, e do (pré e pós) milenarismo, que possibilita dois enfoques sobre a relação entre Evangelho e sociedade: “os que crêem que se pode melhorar o mundo, preparar o milênio, e os que crêem que não se pode fazer nada, senão esperar a Segunda Vinda...”<sup>53</sup>

Uma redução que se deu principalmente no meio evangélico, foi a **espiritualização** do Reino, confinando-o ao âmbito interior da vida cristã. A entrada no Reino é marcada pela conversão e experimentada com justificação, perdão dos pecados, comunhão íntima com Deus e santificação, como um novo estilo de vida, como busca de santidade no plano individual.

50. Arias, p.131.

51. Arias, p.37.

52. Arias, p.40.

53. Arias, p.47.

Segundo Arias, tudo isso é parte fundamental de nossa herança protestante:

“Frente ao absolutismo da igreja institucional até o século XVI, com uma ênfase nas obras exteriores do crente, foi que surgiu o movimento protestante com o descobrimento da fé com experiência íntima e pessoal libertadora. Frente à aridez do escolasticismo protestante do século XVII e o racionalismo frio do século XVIII, foi que surgiram os movimentos pietista na Alemanha e metodista na Inglaterra, afirmando a religião do coração. E do mesmo modo podemos nos referir aos movimentos evangélicos na América do Norte, nos séculos XVII e XIX, que baixaram a religião da cabeça para o coração...”<sup>54</sup>

Tudo isso era necessário para recuperar a necessidade da conversão e da busca de um relacionamento pessoal com Deus, sem dúvida uma dimensão essencial do Reino. A crítica de Arias reside no fato de que passou-se do pessoal para o individualista. Não se pode falar nem do ser humano nem do Reino de Deus em termos individuais. A pessoa é um ser social e Reino é um conceito político, que implica em relações sociais.

Oposta à redução anterior, surgiu uma concepção que incorporou o *otimismo humanista* e o *evolucionismo progressista do liberalismo teológico e ideológico*, resultando no chamado **“evangelho social”**. Este movimento se caracterizou pela manifestação da possibilidade de o ser humano *“construir”* o Reino, definido em termos de um *“ideal social”*. A primeira objeção que Arias faz a esse sistema é que *“nenhuma ordem social pode ser identificada com o Reino de Deus, nenhum sistema de fabricação humana será o último e definitivo: sempre haverá a necessidade da reforma, da revolução, do aperfeiçoamento.”*<sup>55</sup> A segunda objeção é à expressão *“construir o Reino de Deus”* que, em sua opinião, nada tem a ver com a perspectiva bíblica.

Esta crítica é bastante oportuna. Não que não se possa falar em *“construir”* o Reino. Basta explicar o termo e redefiní-lo de modo a reconduzi-lo a uma perspectiva bíblica. Arias lembra muito bem que o Reino é *dádiva, herança e esperança*. Que, na Bíblia, os verbos usados em conexão ao Reino são *vir, receber, herdar, entrar, ver e buscar*.<sup>56</sup> E conclui corretamente que o Rei-

54. Arias, p.48.

55. Arias, p.50.

56. Arias, p.50-51.

no é tarefa humano-divina. Por isso, caso decidamos falar em “construir” o Reino, não o devemos fazer dentro da perspectiva liberal. Antes na perspectiva de Mateus 24:14: “E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então virá o fim.” Isso significa que, com nossas ações podemos nos tornar cooperadores com Deus, apressando a consumação do Reino.

Arias ainda aborda a questão dos movimentos **pentecostais** e **carismáticos**. “A experiência pessoal do Espírito, através de seus dons e frutos, é de fato uma experiência do Reino.”<sup>57</sup> Não se pode, no entanto, pensar que o Reino se esgota nisso.

“Na experiência carismática, o Reino já está presente.”<sup>58</sup> Mas não se pode esquecer a tensão entre presença e consumação. A ênfase dominante no meio carismático é a que se manifesta na alegria, na euforia espiritual, nos dons, nas curas, no entusiasmo, no espírito de celebração. Já se desfruta das primícias do Reino, a plenitude do Espírito. Mas este *Reino de euforia*, como o denomina Arias, é apenas uma *antecipação* do Reino que virá em plenitude. Não compreender este fato pode levar a um tipo de postura incompatível com o Reino de Deus: usar a experiência eufórica como sedativo ou meio de escape das duras realidades da vida, alienando-se dos próprios problemas e das lutas sociais e históricas do Reino.

É preciso recuperar nossa visão do Reino presente em sua **integridade** e **multidimensionalidade** e, assim, “assumir nosso compromisso frente ao desafio que o Reino nos faz aqui e agora.”<sup>59</sup>

### 3. José Míguez Bonino

Uma das primeiras questões levantadas por Bonino é se há uma *relação de continuidade* entre o Reino e a história. Em outras palavras: as obras humanas, seu significado como ação histórica, têm algum valor em termos do Reino de Deus vindouro? Há significado escatológico na ação humana?

A teologia recente tem feito vários esforços na tentativa de superar o *dualismo histórico*. Moltmann e Metz, por exemplo, enfatizaram, como elemento crucial, o significado histórico

57. Arias, p.51.

58. Arias, p.51.

59. Arias, p.59.

da expectativa escatológica. Vários expoentes da teologia da libertação têm afirmado o valor escatológico da práxis histórica de libertação. O que se tem concluído é que “Deus edifica seu reino a partir e dentro da história humana em sua totalidade.”<sup>60</sup> Bonino afirma a ação divina como um constante chamado e desafio aos indivíduos, cuja resposta se dá sempre no campo da história.

Para Bonino há *relação de causalidade* entre a ação humana e o Reino de Deus. É esta relação que nos permite falar em sinais do Reino. Por exemplo: se eu prego o evangelho eu *causo* a vinda do Reino. Minha ação é sinal do Reino vindouro. Moltmann não permite este raciocínio. Ele estabelece uma *relação extrínseca* entre o Reino e a história. Expressa a relação entre a ação humana e o Reino usando termos como “*antecipação*”, “*esboço*”, “*analogia*”.<sup>61</sup> De acordo com Juan Luis Segundo, a escolha desses termos “resulta de uma visível reticência para relacionar a ação destinada a transformar as estruturas sócio-políticas e a edificação do Reino.”<sup>62</sup> Ou seja, Moltmann nega a importância que as ações históricas possam ter para o Reino. As mudanças de estrutura são meras *imagens* do Reino, não são o Reino, não devem ser confundidas com ele.

Bonino sublinha a necessidade de afirmar “tanto a continuidade como a descontinuidade entre a história e o Reino de Deus, assim como a continuidade/descontinuidade entre o corpo terreno/espiritual.”<sup>63</sup> Como para o corpo a ressurreição, o Reino de Deus “não é a negação da história, e sim a *eliminação de sua corruptibilidade*, suas frustrações, sua debilidade, sua ambigüidade - mais profundamente, de seu pecado - a fim de conduzir à sua plenitude o verdadeiro significado da vida comunitária do homem.”<sup>64</sup>

Por isso não se pode admitir nem um Reino fora da história nem um Reino que venha a surgir como o “desenlace natural da história”. Por outro lado também não se pode falar de um Reino utópico, uma vez que o Reino “tem um lugar na história e no tempo escatológico de Deus.”<sup>65</sup>

60. Bonino, p.108.

61. Bonino, p.109-110.

62. Bonino, p.109.

63. Bonino, p.111.

64. Bonino, p.111.

O Reino, que está presente e operante no mundo, se nos apresenta como um chamado, uma convocação que exige uma resposta. A questão é: como podemos participar na “construção” do Reino? Esta é uma pergunta por *mediações históricas*. Estamos falando da *tensão da dupla referência de nossa fé*. Essa tensão “não pode ser resolvida aquém da plena realização do Reino de Deus.”<sup>66</sup> Ela se desenvolve entre duas realidades distintas, uma *absoluta* e outra *relativa*. A liberdade, a justiça, o amor, conceitos absolutos do Reino de Deus necessitam de um “corpo” para que possam encarnar na história. Esse “corpo”, o elemento relativo da tensão, nada mais é que um conjunto de ações humanas, de estruturas, sistemas ou instituições que tentam expressar, de maneira concreta, aqueles conceitos absolutos. Por exemplo, a justiça do Reino precisa ser corporificada. Ela poderá sê-lo através de um regime político (que poderia ser, num país da América Latina, um tipo de socialismo que promovesse maior justiça social que o capitalismo vigente).

Essas *corporificações* foram denominadas por Moltmann de “*materializações da presença de Deus*”.<sup>67</sup> Se Deus está presente na realidade é preciso discernir as “*materializações*” de sua presença. Eu identifico isso com os sinais do Reino presente pois o Reino está onde Deus está.

Nossa participação na “construção” do Reino se dá através do engajamento em lutas que se manifestam como sinais de sua presença.

#### 4. Definindo os sinais do Reino

Os sinais do Reino de Deus, como vimos, são as manifestações da ação divina no mundo. Embora Deus sempre tenha manifestado sua soberania providencial na história, ele o faz de maneira especial em Jesus. Em Jesus o reino irrompeu na vida humana de forma definitiva. Cumpriu-se o tempo determinado por Deus, inicia-se uma nova era, um tempo escatológico, que caminha para uma consumação final.

Lucas 4:16-21 mostra o ministério de Jesus como cumprimento das promessas do Antigo Testamento. A ação de Deus ali, por intermédio do seu ungido, é apresentada como restaura-

65. Bonino, p. 117.

66. Bonino, p. 112.

67. Bonino, p. 116.

ção da justiça social, equivalente a que deveria acompanhar o Ano do Jubileu em Israel, e consiste em evangelização dos pobres, restauração da vista aos cegos e libertação dos cativos e oprimidos. Estes sinais se cumprem cabalmente.

As atitudes de Jesus constituem sinais do Reino, pois através delas Deus restaura e promove a vida das pessoas. “Em Jesus a utopia do Reino começa a se concretizar historicamente.”<sup>68</sup> Deus se faz presente na cura dos enfermos, na ressurreição dos mortos, no anúncio do Evangelho aos pobres (Lc 7:18-23).

O perdão dos pecados é sinal do Reino porque também implica em restauração de vida. O perdão reintegra o indivíduo à comunhão com Deus e com o próximo, e produz nele saúde psíquica, que se expressa pela eliminação da culpa. A Bíblia nos mostra o anúncio do perdão tanto no ministério de Jesus (Lc 5:20) como na vida da Igreja (At 2:38).

O *Magnificat* (Lc 1:46-55) revela que quando o Reino de Deus se manifesta acontece uma inversão de classes e valores.<sup>69</sup> Este cântico apresenta, como resultado da intervenção divina, poderosos que são destronados, humildes exaltados, famintos saciados e ricos despojados (Lc 1:52-53).

O Reino é o projeto histórico de Deus que pretende estabelecer uma sociedade perfeita, sem injustiças ou sofrimentos. No Reino haverá a supressão da miséria, da opressão e da exploração, todos possuirão casa, terra e trabalho; não haverá mortalidade infantil nem sofrimento na velhice (Is 65:20-22). Os governos serão justos (Is 11:1-5) e haverá justiça social: “julgará com justiça os pobres” (Is 11:4). Não haverá desequilíbrio ecológico, e haverá perfeita harmonia entre as pessoas e a natureza (Is 11:6-8; 65:25).<sup>70</sup>

Qualquer antecipação desse trabalho é sinal do Reino. O Reino de Deus “começa pela modificação das estruturas reais mediante a ação política...”<sup>71</sup> As transformações sociais e a eliminação do pecado nas estruturas e instituições nos assinalam a presença soberana de Deus entre nós.

68. Zabatiero, *Reino de Deus: paradigma da missão da Igreja*, p.20.

69. Gotay, p.150.

70. Cf. Zabatiero, *Reino de Deus: Paradigma...*, p.19

71. Gotay, p.109.

A derrubada contra as ditaduras, as lutas contra todos os tipos de preconceito, os movimentos ecológicos, o combate à mortalidade infantil e outros movimentos desse tipo são sinais do Reino de Deus na história.

A Igreja tem papel importante nesta tarefa. Na qualidade de comunidade escatológica, que a um só tempo vivencia a presença de Deus e aguarda a parusia, tem a missão de “viabilizar historicamente o projeto de Javé para a humanidade, projeto definitivamente inaugurado por Jesus Cristo.”<sup>72</sup> Isso não significa que Deus atue somente através da Igreja, dos cristãos ou daqueles que são o seu povo (Ed 1:1-2; Is 44:28-45:1; Amós 9:7). Isso significa que Deus *não só*, mas *principalmente* por meio da Igreja, realizará sua vontade soberana sobre toda a terra.<sup>73</sup>

Por este motivo a Igreja tem a obrigação e a responsabilidade de manifestar o Reino. Ela não apenas é sinal, primícia do Reino, como também tem a missão de ser sinal; através da unidade, solidariedade, diaconia, ação social, ação política e através da pregação do Evangelho.

### III. DISCERNINDO OS SINAIS DO REINO DE DEUS

#### 1. Nicarágua: um estudo de caso

A Nicarágua foi, por muitos anos, vítima do imperialismo dos Estados Unidos manifestado muitas vezes pela força. Entre 1912 e 1933 aconteceram uma série de intervenções e ocupações<sup>74</sup> que visavam impedir a diversificação dos investimentos estrangeiros e a nacionalização do capitalismo nicaraguense. Para combater essa situação surgiu um movimento guerrilheiro comandado por **Augusto César Sandino**, que desejava expulsar as forças norte-americanas, libertando seu país da ocupação. “Sandino tornou-se um herói popular, dentro e fora da Nicarágua...”<sup>75</sup>

Os Estados Unidos, então, procederam a uma jogada política, talvez devido à simpatia que a guerrilha conquistava no res-

72. Zabatiero, Op. Cit., p.20.

73. Zabatiero: Op. Cit., p.20.

74. Freston, p.85.

75. Freston, p.88.

tante do mundo: abandonaram o país, mas não sem antes criar uma *Guarda Nacional* treinada pelos norte - americanos.

Com a saída dos Marines, Sandino dissolveu o seu exército. Como consequência foi traiçoeiramente assassinado pela Guarda Nacional em 1934. Em 1936, Anastácio Somoza García, o chefe da Guarda Nacional, depõe o Presidente da República e toma o poder. Somoza seria assassinado em 1956, mas seus filhos deram continuidade ao governo da “*dinastia Somoza*” até 1979.<sup>76</sup>

Durante este período de ditadura a situação do país se agravava cada vez mais. Os Somoza acumularam uma fortuna imensa e colocavam o Estado a serviço desse acúmulo. A pobreza e a miséria caminhavam a passos largos. “Essa realidade social criava um potencial óbvio para uma revolta popular...”<sup>77</sup>

Ao se aproximarem os anos 60, alguns universitários em contato com o partido comunista da Nicarágua, desiludidos com a descaracterização do partido, redescobriram a figura de Sandino, propondo uma fusão entre a *tradição de luta nacional* representada por ele e a *tradição revolucionária do marxismo*. Sob inspiração da revolução cubana, funda-se em julho de 1961, a **Frente Sandinista de Libertação Nacional**.<sup>78</sup>

Após as primeiras derrotas na guerrilha, em 1970 a FSLN largou as armas e passou a trabalhar na formação de uma base política entre as massas.

Em 1974 voltou a agir militarmente, com sucesso, aumentando sua fama e prestígio tanto no exterior como no povo. Aos poucos o movimento vai ganhando adesão de vários segmentos da sociedade. No início da década de 70 a classe empresarial, sentindo-se ameaçada pela maneira como os Somoza conduziam o Estado, começou a vislumbrar a necessidade de mudanças. “Até 1975, a hierarquia da Igreja e boa parte da elite comercial e industrial já se opunham ao regime.”<sup>79</sup>

À medida que havia oposição, o governo respondia com repressão, o que provocava mais adesões à guerrilha e até levantes populares espontâneos. Cada vez mais ficava claro a necessi-

76. Freston, p.85-90.

77. Freston, p.86.

78. Freston, p.88.

79. Freston, p.87.

dade, como única solução, de remover o governo pelas armas. A crise se agravou até julho de 1979, quando a FSLN, propondo uma *ampla aliança patriótica*, derruba a ditadura e assume o poder.<sup>80</sup>

Diante deste rápido panorama da revolução nicaragüense fica uma questão: qual foi a atitude e a posição tomada pelos cristãos daquele país?

A revolução nicaragüense se destaca de outros processos revolucionários, como a revolução cubana, entre outras coisas pelo seu interrelacionamento com o cristianismo.<sup>81</sup> “A revolução nicaragüense é a primeira, desde 1789, na qual os cristãos leigos e clero - jogaram um papel essencial tanto na base quanto na direção do movimento.”<sup>82</sup>

Os cristãos não apenas aderiram ao movimento revolucionário, mas também, e principalmente, o influenciaram de forma marcante. A prática da FSLN foi permeada por uma série de ideais cristãos. “A revolução nicaragüense aboliu a pena de morte e se tornou o primeiro movimento revolucionário moderno, desde 1879, cuja vitória não conheceu as execuções, a guilhotina ou o fuzilamento: mesmos carrascos da Guarda Nacional não tiveram que suportar senão o aprisionamento, tendo em vista uma *reeducação*.”<sup>83</sup> Os cristãos, ao se tornarem sandinistas, ou seus aliados, o fizeram na condição de sal e luz (Mt 5:13-16), transformando a Frente em algo melhor que o movimento original.

Antes da revolução, os cristãos ou eram alienados dos problemas sociais e políticos ou eram coniventes com o somocismo. A hierarquia católica vivia bem com o regime: criticavam Fidel Castro, mas não Somoza. A atitude das igrejas protestantes era parecida. Estas não eram aliadas do governo, mas também não se opunham a ele: eram apolíticas.<sup>84</sup>

Entretanto, com o passar do tempo esta postura foi mudando. Em primeiro lugar porque a severa repressão imposta pelo governo transformava as igrejas em locais de refúgio. As igrejas passaram a ser focos de resistência popular.<sup>85</sup>

80. Freston, p.87.

81. Freston, p.144.

82. Lowy, p.65.

83. Lowy, p.76

84. Freston, p.119.

Algumas ordens religiosas procuraram estabelecer uma direção laica no campo, em regiões não atendidas regularmente por um padre, com o intuito de ministrar alguns sacramentos e outros serviços religiosos, alfabetizar a população e fornecer informações sanitárias e agrícolas. Estes leigos, chamados *Delegados da Palavra*, realizavam reuniões de estudo bíblico onde também eram discutidos alguns problemas da comunidade.<sup>86</sup> No final dos anos 60, "ligas camponesas organizadas pela igreja [católica], CEBs e grupos estudantis católicos forjaram os primeiros vínculos entre os cristãos e a FSLN."<sup>87</sup> No início da década de 70, o clero passou a assumir abertamente sua posição antissomozista.<sup>88</sup> "Em junho de 1979, a hierarquia católica declarou a legitimidade da oposição violenta ao regime de Somoza."<sup>89</sup>

Os protestantes, cerca de 15% da população, tiveram sua posição apolítica também abalada na década de 60. Muitos jovens aderiram ao movimento revolucionário, ingressando inclusive na FSLN. A agência social CEPAD, organizada pelas denominações para canalizar a ajuda protestante vinda do exterior para as vítimas do terremoto de 1972, começou, a partir de determinado momento, a questionar o regime somozista. "Nas insurreições de 1978 e 1979, o CEPAD e as igrejas protestantes ajudaram os refugiados e providenciaram remédios e alimentos aos sandinistas."<sup>90</sup>

"Essa participação cristã ativa - que compreende também numeroso protestantes (...) - influenciou profundamente o sandinismo, como ideologia composta do *nacionalismo agrário radical Sandino*, do *cristianismo revolucionário* e da *corrente guevarista do marxismo latino-americano*. A linguagem, os símbolos, as imagens e a cultura do Sandinismo são frequentemente emprestadas do Evangelho: o que se vê tanto ao nível da base do movimento quanto nos discursos de alguns dos principais dirigentes da FSLN..."<sup>91</sup>

85. Freston, p.119-120

86. Lowy, p.68.

87. Freston, p.120.

88. Freston, p.120.

89. Freston, p.121.

90. Freston, p.121; Lowy, p.68-69.

91. Lowy, p.75.

Quatro meses após a vitória da revolução, os bispos católicos da Nicarágua se manifestaram afirmando que o povo havia lutado heroicamente para defender o seu direito a viver com dignidade, em paz e em justiça.<sup>92</sup> Não há dúvida de que “a componente cristão do sandinismo é uma das razões da originalidade da revolução nicaragüense e do seu poder atração no próprio país, na América Latina e em todo o mundo.”<sup>93</sup>

Considerando esse movimento uma das manifestações da sabedoria real de Deus na história, é oportuno citar Mortimer Arias:

“Na América Latina o Reino de Deus se manifesta historicamente quando as pessoas, apesar de suas barreiras confessionais, ideológicas e políticas, lutam unidas contra a injustiça em busca de uma ordem social mais justa, mais fraterna, mais solidária, mais livre, como é o caso da revolução na Nicarágua.”<sup>94</sup>

Diante disso, podemos entender que, não só a revolução em si, mas o posicionamento e a ação dos cristãos da Nicarágua constituem uma adesão ao Reino, um sinal, uma verdadeira manifestação do Reino de Deus na história. Eles não só identificaram a presença de Deus naquele movimento que se iniciava mas, participando, tornaram-se também um sinal. Influenciaram-no, cumpriram sua missão como Igreja. “Deus está agindo na história, Seu Reino já se realiza. É preciso abrir os olhos para descobri-lo e tornar-se colaborador de Deus em sua obra.”<sup>95</sup>

Deus queria acabar com a injustiça daquele país e com o sofrimento daquele povo. O Espírito sopra onde quer (Jo 3:8). É preciso cooperar com Deus, colocar-se à sua disposição para ser usado na transformação das sociedades injustas. Os cristãos nicaragüenses não poderiam ficar à margem da ação divina. Por isso posicionaram-se a favor do Reino de Deus e engajaram-se numa luta contra as forças do reino das trevas, forças que destroem o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus.

## **2. Critérios Para Discernir os Sinais do Reino.**

92. Freston, p. 130.

93. Lovy, p.80.

94. Freston, p.130.

95. Brakemeier, p. 15.

Deus está agindo soberanamente do mundo. Face às ambigüidades históricas, torna-se necessário discernir dentre as obras humanas, quais são de fato sinais da presença soberana de Deus.

Os acontecimentos históricos podem ser sinais do Reino de Deus ou sinais do reino das trevas. Os poderes do anti-Reino também se manifestam na vida humana e estão em constante oposição ao Reino de Deus.

Qual deve ser a nossa atitude diante de uma situação histórica concreta que exige de nós uma decisão? É diante das opções que a realidade nos impõe que perguntamos pelo Reino. Nossa pergunta não é “*onde está o Reino?*”. Jesus já respondeu a esta pergunta: “Está no meio de vós” (Lc 17:21). Nossa pergunta é: “*O Reino está aqui (neste fato histórico) ?*”.

Para que possamos cumprir nossa missão como cristão e como Igreja, na qualidade de cooperadores de Deus em sua obra, não podemos ficar esperando o Reino chegar “devemos analisar a realidade presente a fim de descobrir o caminho para o Reino.”<sup>96</sup>

A parábola da figueira (Mc 13:28-29) é uma exortação de Jesus a vigilância é um ensino sobre o Reino. A figueira é a única árvore da Palestina que perde todas as suas folhas no inverno, ficando como morta. Quando chega a primavera começa a brotar novamente. Quando ela brota “significa que Deus cria vida nova à partir da morte.”<sup>97</sup>

A vida que renasce é um sinal do Reino. Essa vida se manifesta pelo brotar. Assim, posso dizer que todas as vezes que há um brotar o Reino está presente. Estabelecemos, desta maneira, um critério, uma norma de julgamento.

Uma vez que é ilimitada a quantidade dos sinais que o Reino pode produzir deixaremos pistas que nos possibilitem julgar os fatos históricos.

Tomemos por modelo a *justiça*<sup>98</sup>

Justiça, em si, é um termo absoluto e abstrato e, portanto, precisa ser relativizado em termos de algo concreto. Somente

96. Gotay (citando Jorge Pixley), p. 106; Cf. Brakemeier, p. 15.

97. J. Jeremias, p. 165.

98. A justiça não é o único sinal do Reino. Tal afirmação seria reducionismo inaceitável. Dentre os muitos sinais do Reino de Deus, escolhemos a justiça a título de exemplo.

podemos analisar, compreender e descrever a justiça em relação a alguma coisa.

Poderíamos falar em justiça social. Há justiça social, por exemplo, quando, numa sociedade, as pessoas têm acesso ao trabalho, vestuário, moradia, educação, alimentação, saúde, transporte, etc, em níveis satisfatórios sem que haja acúmulo de riquezas, exploração e miséria. Quanto menos desníveis houver e quanto menos difícil for o acesso aos elementos básicos à sobrevivência maior será a justiça social.

Essa exigência de relação é clara no Antigo Testamento.<sup>99</sup> Nas escrituras hebraicas há um grande número de palavras que expressam o que traduziríamos por justiça.<sup>100</sup> Poderíamos destacar *sedeq* ou *sdaqâh*, *mispat*, *emet*, *hesed*.

Traduz-se *mispat* por “direito” (Am 5:7, etc), “jugo”, “ordenança” (Ex 21:1; Ez 5:6,7, etc), e é utilizada frequentemente para designar o “reto ordenamento da sociedade”<sup>101</sup> E a justiça como um dos tribunais humanos.<sup>102</sup>

O sentido de *sedeq* ou *sdaqâh* (Am 5:7; Is 11:4,5, etc) é o de uma atitude de justiça interna, íntima, dinâmica. Comumente traduzida por “justiça” ou “retidão”, *sdaqâh* “excede a todas as decisões que vêm do tribunal”<sup>103</sup> e é ela que torna possível viver a fundo o *mispat*.<sup>104</sup>

Os termos *emet* (verdade, fidelidade) e *hesed* (benignidade, misericórdia, graça, fidelidade à aliança) - Mq 7:20, etc - estão intimamente ligados ao *mispat* e *sdeq* (Sl 85:10-13; 33:4,5, etc).<sup>105</sup>

A justiça no Antigo Testamento está sempre relacionada à comunhão com Deus e ao relacionamento com o próximo. Está presente nas mais diversas áreas da vida humana: jurídica, social, ética e religiosa.<sup>106</sup> É um conceito dinâmico, que carrega em si predominantemente a idéia do fazer, do realizar, do praticar a justiça.<sup>107</sup>

99. Noetscher, p.595.

100. Noetscher, p.595; Tamez, p.108; Sicre, p.600ss; Siqueira, p.15-16; Seebass, p. 528-529.

101. Sicre, p.600.

102. Siqueira, p.15.

103. Siqueira, p.15.

104. Sicre, p.162,600.

105. Brown, p.592; Siqueira, p. 16.

106. Noetscher, p.595.

A justiça de Deus se revela no seu relacionamento com o povo. “A justiça de Deus não se refere a um atributo que o homem tenha dado a Deus, mas à revelação histórica de Deus em experiências de justiça, pela sua fidelidade à comunidade”<sup>108</sup> Sua justiça se manifesta na vitória contra os inimigos, como libertação e salvação, como socorro na aflição e cura das enfermidades. Javé é justo porque é fiel à aliança com a nação (Dt 26:6-8; Is 1:17; 5:7; Sl 10:14; Am 2:6,7, 5:12-15; Mq 3:2), e exige que seu povo trilhe os caminhos da justiça revelada na lei. O justo é aquele que cumpre os mandamentos e vive em harmonia com a comunidade (Dt 6:25; Lv 19:13) de acordo com os padrões estabelecidos por Javé.

A justiça é freqüentemente apresentada como dom e obra de Deus (Is 45:8, 61:11) mas também como exigência e, conseqüentemente, como resultado do esforço humano (Am 5:24; Jr 22:3). A justiça expressa o comportamento que as pessoas devem ter de conformidade com a vontade divina.<sup>109</sup>

O aspecto social, como podemos ver, é bastante forte e determinante na concepção vétero-testamentária de justiça. Os profetas denunciaram as injustiças sociais que se manifestavam na corrupção dos tribunais (Am 5:12; Mq 3:11, etc); os procedimentos fraudulentos dos comerciantes (Mq 6:9-11; Jr 5:27, etc); a escravidão (Am 2:6; Jr 34:8-22); o acúmulo de terras (Is 5:8,9; Mq 21:1-5); os salários minguados e a exploração dos operários (Jr 22:13-19, etc); os impostos abusivos (Am 5:11); o roubo (Os 4:2; Mq 2:2, etc); os assassinatos (Jr 7:9; Os 4:2, etc); a riqueza acumulada injustamente e a ganância (Ez 22:12; Jr 6:13; Is 56:11, etc).<sup>110</sup>

Para os israelitas a justiça (*sedeq*), o direito (*mishpat*), a misericórdia (*hesed*) e a verdade (*emet*) são indicativos da presença de Javé (Sl 89:15; 94:14,15).<sup>111</sup>

O Novo Testamento conserva a conotação social da justiça do Antigo Testamento, entretanto o termo é enriquecido e ganha uma gama mais larga de sentidos, sobretudo em Paulo.

107. Noetscher, p.595.

108. Tamez, p.108.

109. Blaesser, Justiça no Novo Testamento, p.601

110. Cf. Sicre, p.604 a 609.

111. Cf. Tamez p. 108

A palavra *dikaioosine* corresponde basicamente a *sedaqâh* ou *sedeq*, mas traduz outros grupos de palavras relacionadas à justiça.

Nos escritos de Paulo, justiça e justificação são conceitos extremamente interligados. Ser justificado é alcançar a justiça de Deus. Quando Deus nos justifica, nos atribui sua justiça.<sup>112</sup> A diferença dessa concepção para a judaica é que para o judeu a justificação é o reconhecimento por Deus do justo como justo. Paulo afirma que Deus justifica o ímpio (Rm 4:5).<sup>113</sup> A base de sua doutrina de justificação está na interpretação que faz de Hc 2:4. Por trás dessa discussão está o conceito judaico de que o justo é o que cumpre a Lei. Paulo afirma não ter justiça própria que procede da lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, isto é, a justiça que procede de Deus (Fp 3:9). Por isso, aquele que, pela fé, é considerado justo por Deus, é salvo. (Rm 1:16 e Gl 3:11).

Caberia, neste ponto, um maior aprofundamento e discussão sobre a doutrina da justificação. Entretanto, como este não é nosso objetivo, procuraremos nos ater ao aspecto social da justiça do Novo Testamento, uma vez que é o que nos interessa como sinal do Reino de Deus.

Vejamos o evangelho segundo Mateus. A doutrina da justiça apresentada pelo autor é parte central da mensagem do livro.<sup>114</sup> No Sermão do Monte, verificamos que as exigências de Jesus com respeito à prática da justiça na vida são bem maiores que a dos escribas e fariseus (Mt 5:20). A intenção do coração é elemento fundamental (Mt 5:22; 6:1). A justiça está inseparavelmente associada ao amor, à caridade (Mt 5:25, 38-48). Mateus nos apresenta a justiça do Reino como ideal a ser perseguido juntamente com o Reino (Mt 6:33). Essa justiça, quando estabelecida, fará com que não haja mais necessitados de vestes e de pão (estas coisas serão acrescentadas, da mesma maneira como são agora, como prenúncio do que há de vir).

As bem-aventuranças são um retrato da transformação social que virá com o Reino. Dentre essas transformações destacamos o anúncio do fim das injustiças (Mt 5:6).

112. Blaeser, *Justificação em Paulo*, p. 611

113. Blaeser, *Justificação em Paulo*, p. 610

114. Seebass, p. 534.

Daf, podemos concluir que, qualquer movimento social que tenha por objetivo eliminar a opressão e criar condições para que um maior número de pessoas tenha acesso à vida, pode ser sinal do Reino de Deus. Não afirmo categoricamente que é um sinal do Reino porque, como temos dito, a história tem suas ambigüidades. E quanto mais distante da fé em Deus estiver um movimento, mais ambíguo ele será.

Todo fato histórico que consiga materializar ideais e valores do Reino de Deus - como liberdade, justiça, amor, paz, solidariedade, dignidade, vida, etc - ou que lute pela materialização desses valores e ideais, pode ser encarado como sinal do Reino.

O engajamento do cristão numa luta desse cunho não deve ser incoseqüente. Os cristãos da Nicarágua, antes que aderissem à Revolução Sandinista, tiveram que compreendê-la como vontade de Deus, como instrumento divino para a construção de uma sociedade mais justa. Seu engajamento foi consciente. Que possamos seguir seu exemplo!

### CONCLUSÃO

O Reino de Deus é o símbolo que expressa a ação de Deus no mundo, hoje e no futuro.

Este símbolo é marcado por uma dupla dialética: entre presença e futuridade e entre ação humana e ação divina.

O Reino de Deus acontece na história, atuando por mediações humanas. Nossa história atual continua sendo palco das ações de Deus, como continuação da história bíblica.

O ser humano colabora com Deus na edificação do seu Reino quando luta por ideais e valores que correspondem ao projeto divino para a criação.

Essa luta nunca chegará ao fim neste mundo, porque a plenitude do Reino é a plenitude divina, que não poderia vir nesta história.

O Reino, definitivamente inaugurado por Jesus, é "cumprimento *sem consumação*", "escatologia em processo de realização". Por isso esperamos novos céus e nova terra (Is 65:17ss; Ap 21:1ss), onde reinará a justiça e Deus será tudo em todos (I Co 15:28).

O que resulta disso é que não podemos ficar aguardando a parusia de braços cruzados. Como cristãos, e como Igreja, devemos ter consciência de nossa missão e responsabilidade.

Para melhor cumprir nossa missão precisamos estar atentos ao que Deus está operando na história e ao que tem sido manifestação do reino das trevas.

Tomando o Reino de Deus como paradigma, nossas ações devem ser canalizadas no sentido ou de nos aliarmos a Deus no que Ele já está fazendo, ou de tomarmos a iniciativa, de acordo com sua revelação, tornando-nos seus instrumentos para a construção de um mundo melhor.

## BIBLIOGRAFIA

ARIAS, Mortimer. *Venga Tu Reino: La Memória Subversiva de Jesús*. México, CUPSA, 1980.

BLAESER, P. *Justiça no Novo Testamento in Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo, Loyola, 1988. 4ª ed. vol. 2.

BLAESER, P. *Justificação em Paulo in Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo, Loyola, 1988. 4ª ed. vol. 2.

BONINO, José Miguez. *Reino de Deus, Utopia e Compromisso Histórico in A Fé em Busca de Eficácia*. São Leopoldo, Sinodal, 1984.

BRAKEMEIER, Gottfried. *Reino de Deus e Esperança Apocalíptica*. São Leopoldo, Sinodal, 1984.

BROWN, Colin. *Justiça in Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Vida Nova, 1983. vol II.

FRESTON, Paul. *Cuba e Nicarágua: Uma Análise dos Processos Revolucionários*. São Paulo, ABU, 1985.

GOPPELT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento*. São Leopoldo - Petrópolis, Sinodal/Vozes, 1976. vol.I.

GOTAY, Samuel Silva *O Pensamento Cristão Revolucionário na América Latina e no Caribe: Implicações da Teologia da Libertação para a Sociologia da Religião*. São Paulo, Paulinas, 1985.

JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento: A Pregação de Jesus*. São Paulo, Paulinas, 1984. 3ª ed.

KITTEL, Gerhard. *Rei e Reino in A Igreja no Novo Testamento*. São Paulo, ASTE, 1965.

KÜMMEL, Werner Georg. *Síntese Teológica do Novo Testamento*. São Leopoldo, Sinodal, 1983, 3ª ed.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro, JUERP, 1985.

LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

LOCKMANN, P. de Tarso ed. *MT 5: As Justiça e o Justo in A Verdade da Justiça*. Petrópolis, Vozes, 1987. (Estudos Bíblicos - 14)

- NOETSCHER, F. *Justiça: Antigo Testamento* in *Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo, Loyola, 1988. 4ª ed. vol. 2.
- RUBIO, Alfonso García. *Unidade na Pluralidade: O Ser Humano à Luz da Fé e da Reflexão Cristãs*. São Paulo, Paulinas, 1989.
- SEEBASS, Horst. *Justiça* in *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Vida Nova, 1983. Vol. II.
- SICRE, José Luís. *A Justiça Social nos Profetas*. São Paulo, Paulinas, 1990.
- SIQUEIRA, Tércio Machado. *Conhecer a Deus é Praticar a Justiça (Jr 22:13-14) in A Verdade da Justiça* Petrópolis, Vozes, 1983.
- SOBRINHO, Jon. *Cristologia à Partir da América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- TAMEZ, Elsa. *A Bíblia dos Oprimidos: A Opressão na Teologia Bíblica*. São Paulo, Paulinas, 1981, 2ª ed.
- ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *O emprego de Basiléia no Novo Testamento*. in *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Vida Nova, 1983. vol. IV.
- ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Reino de Deus: Paradigma da Missão da igreja in Reformada*, Fundação Eduardo Carlos Pereira, Londrina, 1989. ano I, nº 1, agosto de 1989.